



VILAREALSTºANTONIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*minu.*  
Aprovado em sessão  
ordinária de  
26 Nov. 2016  
*[Signature]*

## ATA N.º 02/2016

Ao décimo primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **José Carlos Costa Barros**, Presidente da Assembleia Municipal, **Maria do Rosário Papafina Proença**, Primeira Secretária, **Miguel Moreira da Costa**, Segundo Secretário, e os membros eleitos das Bancadas do PSD, PS, CDU e BLOCO DE ESQUERDA, nomeadamente **António Manuel Cipriano Cabrita**, **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança**, **David Miguel Vasques da Silva**, **Lara Sofia Vairinhos Rosa**, **Maria Alexandra Martins do Livramento**, **Armando José Parra da Silva**, **Jorge Manuel dos Santos Pinto**, **António José Cardoso Gomes**, **Raúl Jorge Belião Nogueira**, **Manuel da Conceição António**, **José Roberto Leitão Guerreiro**, **Ricardo José Madeira Cipriano**, **Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro**, **Rui João Gutierrez Setúbal**, **Luís Manuel da Rosa Fernandes**, **Albertina da Piedade Fernandes Madeira**, **António Filipe Parra Martins**, **Vanda da Encarnação Matias Fernandes**, **Luís Manuel Negrão Vargas** e **José Manuel Modesto Dourado** e conforme Edital de 04 de abril de 2016 reuniu em sessão EXTRAORDINÁRIA a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.-----

**ABERTURA DA SESSÃO:** A 1ª Secretária procedeu à chamada. No PSD registou-se a ausência de **Maria da Conceição Freitas Henrique Granado** que foi substituído por **António José Cardoso Gomes** e de **Luís Miguel Guerreiro Romão** substituído por **Raúl Jorge Belião Nogueira**. -----

Verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** e informou da correspondência recebida e enviada por mail para os responsáveis de cada uma das bancadas, nomeadamente: 3 Moções aprovadas em AM de Faro e remetidas para

conhecimento a esta AM; Informação sobre proposta de alteração do Orçamento de Estado de 2016 apresentadas ao Governo pelos deputados de “Os Verdes” e Ofício a dar conta de Moção aprovada em AM de Olhão sobre a suspensão das demolições na Ria Formosa. -----

Do grupo parlamentar do PCP: Proposta de alteração ao OE 2016 enviada ao Governo; Projeto de resolução do PCP sobre o fim do Centro Hospitalar do Algarve chumbado pelo PS, PSD e CDS; Aprovação do Projeto de resolução do PCP sobre as obras de requalificação da EN 125. -----

Deu ainda conhecimento do **RELATÓRIO RELATIVO À INFORMAÇÃO DO 1.º SEMESTRE DE 2015 SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, ELABORADO PELO REVISOR OFICIAL DE CONTAS OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS,LDA.**, remetido pela Câmara Municipal a esta Assembleia.-----

Foram distribuídas pelas bancadas cópias do documento atrás descrito.-----

**1. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; -**

Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 29 de março, com os votos contra dos Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz.-----

**José Manuel Modesto Dourado** informou que o sentido de voto do BE será contra e registou a saída do Município de Castro Marim do concurso. Acrescentou que desconhecendo as razões dessa saída gostaria de perguntar se o Município de Castro Marim teria chegado à conclusão que entregar estes serviços a privados não seria benéfico para a população e que se assim foi seria bom que a Câmara de Vila Real de Santo António concluísse o mesmo. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra dos membros do **PS,CDU** e **BE**. -----

**2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO DA TAXA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; -**

Presente a Proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 29 de março, com os votos contra dos Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz.-----

**Ricardo José Madeira Cipriano** apresentou a seguinte Declaração de Interesses: *“Eu sou contra a aplicação de taxas turísticas, seja em Vila Real de Santo António, em Lisboa, em Aveiro, em Tenerife, em Estocolmo ou em Roma, sejam elas aplicadas pelo PS, pelo PSD, PCP ou BE, seja por quem for, porque entendo que nós não podemos estar com uma mão a fazer promoção e com a outra a aplicar uma taxa àquelas pessoas que cá vêm. Portanto entendo*

*ilum.*

que não se deve aplicar a taxa turística". Prosseguiu referindo que o Presidente da Câmara Municipal, há um mês, fez uma apresentação na Bolsa de Lisboa sobre os investimentos em Vila Real de Santo António, promovendo o concelho, e que, pressupunha para além do Plano Urbanístico, investimento e captação do investimento e que passado um mês demos de novo "um tiro no pé". Disse desconhecer investidores que procurem sítios onde sejam mais taxados, que os projetos tridimensionais servem para captar esses investidores e que qualquer investimento só se faz com um estudo prévio, para saber se é mesmo rentável. Opinou que esta foi a forma errada de começar a promoção dos equipamentos previstos na requalificação urbanística. Disse que, quanto ao regulamento, existem várias questões de natureza técnico-prática, que não podemos comparar outros sítios como certas capitais com Vila Real de Santo António, que o concelho está inserido no produto turístico "sol e praia", que não concorre sozinho e que existem concorrentes diretos. Opinou que essa concorrência mede-se exclusivamente pelo preço, perguntou se sendo esta uma taxa aprovada pela AMAL, por que razão é Vila Real de Santo António a primeira a aplicá-la, fazendo com que percamos competitividade e afirmou que está a ser aplicada uma taxa em cima de outra tendo em conta que a utilização do Complexo Desportivo já é taxada. Perguntou como é que vão fazer, do ponto de vista prático, as unidades de alojamento que trabalham com empresas estrangeiras visto as mesmas não emitirem faturas em Portugal e qual será o prazo de pagamento das agências de viagens aos hotéis já que o regulamento diz que será de 30 dias e o prazo agora aplicado é de 60 dias, e acrescentou: *"A aplicação de métodos de cobrança indiretos vai suscitar diversas dúvidas do ponto de vista jurídico. Se houver a aplicação de uma coima no seguimento de uma reclamação no livro de reclamações de um hotel, quem será o responsável pelo pagamento? A maior parte de turistas vem para cá através de operadores turísticos estrangeiros não pagando diretamente aos hotéis"*. Referiu que legalmente as unidades hoteleiras só estão sujeitas a comunicar dados de faturação ao INE, que não pode ser a Câmara Municipal a fiscalizar essa faturação e que a única coisa positiva neste regulamento é a criação de uma Comissão de Acompanhamento. Terminou com a seguinte afirmação: *"Considero que primeiro deveria ser criado um conselho estratégico municipal, que este regulamento deveria ser discutido com os hoteleiros locais e que só depois se avançaria para esta taxa"*. -----

**Rui João Gutierrez Setúbal** referiu o artigo 2.º relativo aos custos de aplicação da taxa e perguntou como se chegou a estes valores e se estas verbas não estão incluídas no orçamento camarário em "Outras Rubricas". Frisou ainda o artigo 6.º que, na sua opinião, vai

obrigar as empresas a suportar um conjunto de custos de contexto como registar, faturar, cobrar e entregar os valores e perguntou se esta questão foi tida em conta por quem elaborou o regulamento. Perguntou o que é que os hoteleiros podem fazer se o turista se recusar a pagar e nesse caso quais são os procedimentos a tomar e acrescentou: *“Considero que a taxa é injusta num concelho onde cada vez mais a economia é dependente da atividade turística, em que os alojamentos não são muitos e têm limitações sazonais e que, para além do sol e da praia e alguma parte desportiva, não tem salas de congressos que permitam ter desenvolvimento de programas de maior âmbito, trazendo outro tipo de turistas com mais capacidade para pagar”*. Disse ter receio que a aplicabilidade desta taxa seja problemática já que os contratos com as operadoras já estão assinados para 2017, não podendo os hotéis alterar preços. -----

**António Filipe Parra Martins** considerou que esta taxa não favorece a afluência de turistas num concelho onde os visitantes chegam à ponte e têm de pagar portagem, chegam a Vila Real e têm de pagar parquímetros e os que cá ficam a dormir têm de pagar uma taxa. Perguntou se os hoteleiros foram ouvidos e qual a opinião deles. -----

**José Manuel Modesto Dourado** sublinhou que este é um tema sensível por várias razões, tendo em conta que a existência de uma taxa turística, não sendo desejável, não pode ser encarada como algo descabido, havendo várias cidades do mundo que a aplicam. Deu como exemplo a cidade de Barcelona em que a taxa se destina a preservar os espaços públicos, a prestar auxílio à população economicamente mais carenciada e afirmou que a taxa turística pode ser uma via interessante de financiamento dos municípios. Acrescentou que, na opinião do BE, o destino a dar à receita obtida com a cobrança desta taxa, nomeadamente aos eventos, não é correta. Exemplificou a sua afirmação com o apoio dado à realização do Mundialito que terminou recentemente e que foi alvo de muita polémica, fazendo com que várias equipas já tenham vindo a público dizer que não voltam a participar. Perguntou quanto lucra e quanto paga o Ricardo Goddoy, organizador do evento e o porquê de não se canalizar as verbas obtidas com a cobrança da taxa para ações de marketing, promoção do concelho, patrocínio de eventos anuais ou ampliação de espaços verdes, dando uma marca ecológica a essa taxa. Afirmou que, quando a taxa foi aprovada pela AMAL, o objetivo principal era destinar esta receita ao combate das necessidades dos munícipes mais carenciados de cada concelho e que o BE votará contra esta proposta pelo destino a dar às receitas obtidas pela cobrança desta taxa. A terminar a sua intervenção disse que o Conselho



Estratégico Municipal, a ser criado, deveria incluir os representantes de todas as forças políticas do concelho. -----

**António Manuel Cipriano Cabrita** perguntou como ficaria o concelho se a autarquia abdicasse de todos os eventos que promove e afirmou que está provado estatisticamente que a ocupação turística no concelho melhorou significativamente devido aos eventos realizados. Disse ainda que, continuar a organizar eventos como o Mundialito ou a Passagem de Ano sem arranjar outras fontes de receita é quase inviável, que noutros concelhos existem muitos privados que se organizam para promoverem eventos, o que não acontece cá e que, quando esta proposta foi aprovada em reunião de Câmara Municipal foi aberto o período de discussão pública que é de lei e que nenhum hoteleiro se manifestou contra a taxa turística. -----

**Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** dirigiu-se a **Ricardo Cipriano** para lhe dizer que certamente os hoteleiros do concelho não irão gostar de uma frase que ele proferiu quando disse que a única concorrência se faz pelo preço e, opinou que há que ter em conta os investimentos feitos na qualidade das instalações e no pessoal. A **Rui Setúbal** disse que se o cliente se recusar a pagar a estadia, o hoteleiro terá de tomar medidas para se ressarcir desses valores. Sublinhou que os eventos são uma âncora para o concelho e para a economia e que as últimas polémicas do Mundialito dão uma má imagem, mas foram da responsabilidade do organizador e não da Câmara Municipal. Em relação ao destino a dar às verbas, considerou que se a autarquia puder aliviar os custos com estes eventos, sobrá mais verba para o apoio social. -----

**David Miguel Vasques da Silva** informou que atualmente somos o município no Algarve que tem a maior taxa de ocupação turística e que esses resultados se devem à estratégia utilizada com os eventos, a promoção e a dinâmica que se deu ao Complexo Desportivo, que já vinha de outros executivos e que foi potenciada. Sublinhou que 1,00€ é um valor possível de exigir a quem vem usufruir de uma série de infraestruturas que atualmente são suportadas pelos munícipes, que aquilo que se fez nos últimos anos foi projetar, dar imagem, dar nome e investir no concelho e que presentemente é necessário sustentabilizar porque os investimentos municipais têm de ser equilibrados. E acrescentou: *"Se fizermos bem as contas, provavelmente esta cobrança não é descabida. O facto de os hoteleiros não estarem cá é sinal que não estão preocupados com a implementação desta taxa e é prova de que esta questão não é mal recebida."* -----

**Ricardo José Madeira Cipriano** declarou que a AHETA, a CEAL, a ANJE, o NERA, a ACRAL, a AIHSA e a RTA são contra a implementação da taxa turística e que a promoção é feita por privados sendo óbvio que os eventos são uma mais-valia para o concelho. Acrescentou ainda que a taxa de ocupação turística é para “político ver” e que a rentabilidade de uma unidade hoteleira mede-se pelo RevPAR e não pela taxa de ocupação. -----

**António Manuel Cipriano Cabrita** referiu que nesta Assembleia o PSD está a defender o povo do concelho, enquanto que, a esquerda está a defender os empresários. -----

**Rui João Gutierrez Setúbal** explicou que a sua intervenção foi feita como político e não como técnico mas que não poderia deixar de trazer a esta Assembleia os seus conhecimentos da área a que está ligado desde 1980. A **António Cabrita** disse que o povo somos todos e que neste caso, a bancada do PSD entende que a defesa do povo faz-se com a taxação e a esquerda entende o contrário e, acrescentou: *“São dois conceitos, duas opções democraticamente válidas”*. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** perguntou a **José Dourado** se estaria disponível para votar favoravelmente se a Câmara Municipal mudasse o objetivo da implementação da taxa turística e disse que até à votação esperava uma contra proposta. Relativamente ao que foi dito por **Ricardo Cipriano** opinou que o deputado tem uma memória muito seletiva e, acrescentou: *“ Quando falou do site de reservas de alojamento on-line RB&B disse que o mesmo não tem acordo mas isso não corresponde à verdade já que nós contactámos três operadores de alojamento local em Lisboa que trabalham com a RB&B e fomos informados que no site não está explícito o pagamento da taxa quando é feita a reserva. Recebemos um mail que nos explica que posteriormente informam o cliente por mail que, ao valor inicial, acresce a taxa turística”*. Informou que existem descontos na taxa de saneamento básico para comerciantes e para hoteleiros, opinou que temos de debater estes temas com seriedade e lamentou o facto das associações não se terem pronunciado sobre o regulamento em sede de discussão, porque essa seria a forma de concertar. Lembrou que há três anos esse regulamento foi discutido individualmente com os hoteleiros do concelho e que nessa altura a proposta da AHETA foi de aumentar o valor dos resíduos sólidos urbanos ou a taxa da água e, acrescentou: *“O Município de Vila Real de Santo António faz investimentos para que possa haver competitividade e atratividade turística. Lamentavelmente não há grandes iniciativas de promoção privada e pública do município mas os hoteleiros têm o mérito de servirem bem. Ainda hoje estiveram três hoteleiros no meu gabinete e concordaram com esta questão apesar de termos ainda que acertar alguns*

pontos". Reconheceu que a hotelaria é um dos grandes empregadores do concelho sendo o turismo um motor importante da atividade local e as medidas a adotar têm de ser bastante ponderadas. Dirigindo-se a **Ricardo Cipriano** disse: "Eu gostava que o deputado tivesse tido esse tipo de cuidado e de intervenção quando vieram a esta Assembleia Municipal alguns Planos de Pormenor e a sua bancada votou contra como por exemplo a criação de mais unidades hoteleiras que implicariam a criação de riqueza e a criação de mais postos de trabalho". -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra dos membros do **PS, CDU** e **BE**. -----

As bancadas do **PS** e do **BE** leram e entregaram declarações de voto. -----

O membro do **BE** propôs, no seguimento da pergunta feita pelo Presidente da Câmara Municipal que a proposta fosse retirada para alteração e afirmou que, nesse caso, o **BE** se pronunciaria sobre a mesma numa próxima Assembleia. -----

**3. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA;** - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 02 de fevereiro, com os votos contra dos Vereadores David Murta e Luis Salas e a abstenção do Vereador José Cruz. -----

Interveio **Rui João Gutierrez Setúbal** para informar que a bancada do **PS**, em consonância com a posição tomada no órgão executivo em dezembro de 2015 nesta Assembleia Municipal irá manter o voto contra. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **BE** e **PS** e a abstenção dos membros da **CDU**. -----

**4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO À ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – DEFINIÇÕES, CONCEITOS, CRITÉRIOS E APLICAÇÕES DE NORMAS E PRINCÍPIOS URBANÍSTICOS;** - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 1 de março, com as abstenções dos Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz. -----

Colocada a discussão, registaram-se as intervenções de **Luis Manuel da Rosa Fernandes** e de **José Manuel Modesto Dourado**. -----

**Luis Manuel da Rosa Fernandes** disse que relativamente a esta alteração esteve a ver a lei que fundamenta os considerandos e que não encontrou qualquer fundamentação para a alteração do artigo 56. Referiu que esta alteração não tem fundamento porque o que se

pretende é uma maior edificação e opinou que se todas as construções se alinharem pelo Aparthotel Guadiana, não é nada bom. Afirmou não ver problema em fazer-se alterações ao Plano Diretor Municipal mas disse que nesta matéria não vê urgência nessa alteração. Sublinhou concordar com a alteração do artigo 45 visto tratar-se de uma zona da expansão industrial. Referiu o parecer da CCDR relativamente à alteração da redação do artigo 56 e assegurou que o próprio parecer da CCDR está errado. -----

**José Manuel Modesto Dourado** atestou acompanhar o que disse **Luis Fernandes** sobre o artigo 56 já que a interpretação que se consegue fazer é que com estas alterações, as novas construções irão buscar alinhamentos aos edifícios mais altos e não aos edifícios adjacentes, e acrescentou: *“O BE não acompanha a CCDR na viabilização desta proposta e não concorda com as alterações avulsas ao PDM”*.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** interveio para responder às questões colocadas e afirmou: *“As pessoas podem ter as opiniões que quiserem mas não podem deturpar o que está escrito. Prédios arranha-céus são o que infelizmente foi feito em Monte Gordo. Parafraseando o que foi dito pelo deputado Ricardo Cipriano – destruiu aquilo que era a qualificação de um destino turístico – densificando, não deixando o espaço urbano respirar, sem qualquer regra, havendo ruas que violam o artigo 49 do RGEU e que foram aprovadas por tantos executivos. Aquilo que define a proposta de regulamento são unidades de execução, não há alinhamentos. A postura deste executivo foi procurar reduzir os planos de cêrceas. O que foi aqui referido é absolutamente falso porque o nosso objetivo é democratizar, dar transparência e pôr em discussão e participação pública, aquilo que são volumetrias com mais de quatro pisos*.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra do **BE**, a abstenção das bancadas da **CDU** e do **PS** com exceção de **Luis Manuel da Rosa Fernandes** que votou contra. Registou-se a ausência de **Vanda da Encarnação Matias Fernandes**. -----

**Luis Manuel da Rosa Fernandes** fez a seguinte declaração: *“Votei contra a proposta por considerar que não há fundamento na lei para alteração do artigo 56 do PDM”*.-----

**5. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;** - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **UNANIMIDADE**, em reunião de câmara de 15 de Março. ----

**José Manuel Modesto Dourado** disse que o **BE** irá votar a favor uma vez que a sinistralidade rodoviária irá ser incluída nos temas a tratar pelo Conselho Municipal de Segurança, e



acrescentou: *"Aproveito a ocasião para instar o PSD para se juntar à luta pela abolição das portagens na A22, uma vez que uma das principais causas da sinistralidade rodoviária é o grande afluxo na EN 125"*. -----

**António Filipe Parra Martins** informou que a deputada **Vanda Fernandes** teve de se ausentar por questões de saúde e recordou que tomou posse há dois anos no CMS e que o mesmo ainda não reuniu. -----

**António Manuel Cipriano Cabrita** pediu a palavra para dizer que não participa em manifestações na ponte ou outras do género. -----

**Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** afirmou: *"É escusado fazerem um pedido de apoio ao PSD porque agora PS, CDU e BE têm o poder absoluto a nível nacional para poderem acabar com as portagens"*. -----

Colocada a votação a proposta foi aprovada por **UNANIMIDADE**, registando-se a ausência de **Vanda da Encarnação Matias Fernandes**. -----

**6. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2 PARCELAS DE TERRENO SITAS NA FREGUESIA DE MONTE GORDO;** - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **UNANIMIDADE**, em reunião de câmara de 15 de março. -----

Não se registaram intervenções. Colocada a votação a proposta foi aprovada por **MAIORIA** registando-se a ausência de **Vanda da Encarnação Matias Fernandes**. -----

**António Filipe Parra Martins** declarou o seguinte: *"Vamos aprovar esta proposta à semelhança do que fizemos na Câmara Municipal mas pensamos que deveria ter sido encontrada uma solução técnica que evitasse retirar a faixa de 1 metro no sentido do Largo do Regador. Contamos com o bom senso da autarquia para que as árvores abatidas sejam repostas quando a obra estiver concluída"*. -----  
-----  
-----  
-----

Passou-se ao período de intervenção do público. Registou-se a intervenção de **Eduardo Félix Samúdio** que solicitou que fossem efetuados alguns restauros na Rua Teófilo Braga e que fosse providenciada uma limpeza mais frequente do mesmo local. -----

-----  
-----  
-----  
A Minuta da Ata foi colocada a votação, sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**.-----  
-----

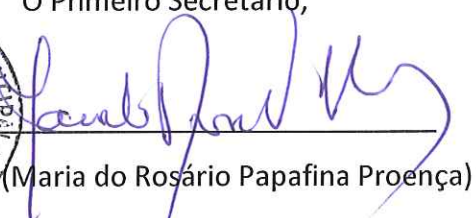
Não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pelas 23 horas e 10 minutos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

  
\_\_\_\_\_  
(José Carlos Costa Barros)



O Primeiro Secretário,

  
\_\_\_\_\_  
(Maria do Rosário Papafina Proença)

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

### BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA

#### Declaração de Voto

A bancada da Assembleia Municipal do PS vota contra o Regulamento da Taxa Turística de Vila Real de Santo António, porquanto:

- A criação da taxa turística, mereceu desde a sua criação a reprovação por todos os agentes envolvidos no Turismo na região do Algarve, nomeadamente, as Associações representativas do sector e a Região de Turismo do Algarve.
- A sua criação representa mais um encargo fiscal injustificado para os Hoteleiros e Comerciantes do Concelho de Vila Real de Santo António, já de si fortemente penalizados pelas altíssimas cargas fiscais existentes;
- A sua criação representa, igualmente, mais um meio como tantos outros de resolver os problemas de ordem financeiros criados por este executivo à autarquia de Vila Real de Santo António nos últimos 11 anos,
- A taxa turística irá representar um factor de perda de competitividade da hotelaria do concelho de Vila Real de Santo António, face à sua concorrência no resto do Algarve e na vizinha Espanha, onde não é aplicada qualquer taxa.
- Tal perda de competitividade, irá naturalmente representar uma descida da ocupação das unidades hoteleiras fomentando o aumento do desemprego, especialmente nas épocas baixas, podendo obrigar ao encerramento de unidades hoteleiras nessas épocas.
- O regulamento levanta questões de duvidosa legalidade, quanto às questões da fiscalização, cobrança e o recurso a métodos indirectos, entre outras.





Ponto 2 (PS)





**Bloco de Esquerda**

*uniao*

*Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António*

## **DECLARAÇÃO DE VOTO**

**Assunto:** Apreciação e votação do regulamento da taxa turística do Município de Vila Real de Santo António.

A existência de uma taxa turística municipal não conforma, em si mesma, uma realidade despropositada, podendo mesmo constituir-se como uma fonte alternativa de financiamento do Município. O que importa sobretudo analisar é para que fim se destinará a receita obtida.

O documento que nos é apresentado refere que o valor obtido pela cobrança desta taxa será investido no Complexo Desportivo, nos vários eventos anuais e na promoção turística de VRSA. Mas por que não também investir e dar outra orientação a esse dinheiro? Por exemplo, dando aos residentes em zonas de maior pressão turística ajudas de aluguer social, ou ajudas fiscais para o comércio de proximidade, protegendo e incentivando o pequeno comércio? Por que não aumentar os espaços verdes, dando igualmente um sentido ecológico à taxa turística? Admitindo a existência de uma taxa turística, por que não canalizar parte do valor obtido para a preservação de espaços públicos de qualidade, que não se podem confundir simplesmente com a proliferação de esplanadas de cafés que ocupam boa parte das ruas centrais de VRSA?

Recorde-se igualmente que a proposta de implementação de uma taxa turística havia sido aprovada pela AMAL, sendo que a receita obtida deveria destinar-se sobretudo a medidas de apoio social à população mais carenciada.

Saliente-se também o facto de várias cidades no mundo que implementaram uma taxa turística estarem, afinal, com as receitas obtidas, a financiar projetos privados do setor turístico, em vez de utilizarem ditas receitas na compensação dos custos de utilização







*Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António*

## **DECLARAÇÃO DE VOTO**

**Assunto:** Apreciação e votação da alteração ao Plano Diretor Municipal de Vila Real de Santo António.

A urgência de aprovar medidas de alteração ao PDM de VRSA não deveria sobrepor-se à conclusão da sua revisão. O PDM é, por natureza, o instrumento estratégico de um Município, conferindo-lhe um sentido e uma orientação de futuro, não devendo, pois, ser compatível com medidas avulsas apresentadas e aprovadas à pressa.

Da leitura do documento apresentado pelo executivo municipal, é possível, por exemplo, interpretar que a alteração do Regulamento Municipal, no seu artigo 56º, ponto 3, irá permitir que as novas construções vão buscar alinhamentos aos edifícios mais altos na zona e não aos edifícios adjacentes, o que possibilitará que as construções aumentem o número de pisos, em todas as freguesias do concelho. Esta situação acaba também por alterar o princípio da equidade no que se refere ao direito de construção nas zonas consolidadas, e que está previsto no atual PDM.

O Bloco de Esquerda não acompanha a CCDR na viabilização destas medidas de alteração do PDM de VRSA. O voto é contra.

*Vila Real de Santo António, 11 de Abril de 2016*

*José Dourado*

